

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. 010/2022/PreviD
EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022/PreviD
TIPO: “MENOR PREÇO” – APURADO PELO MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (por estagiário)

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto do presente Termo de Referência à **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de agente de integração para atuar como mediador na seleção, operacionalização e gerenciamento de estudantes em cursos de ensino médio (regular/técnico/profissionalizante) e de ensino superior vinculados à estrutura de ensino público e privado, para preenchimento do número de vagas de estágio curricular supervisionado**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

2. DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1. Com o intuito de contribuir com a formação profissional de estudantes do ensino médio e superior das instituições de ensino do município de Dourados/MS, assim como, de promover a inclusão social e o aprimoramento da sociedade mediante a formação de cidadãos e profissionais mais qualificados, o Instituto tem oferecido vagas de estágio curricular supervisionado aos estudantes regularmente matriculados e com frequência em curso de instituições de ensino superior e de ensino médio, vinculados à instituição de ensino público e privado, para o atendimento das inúmeras atividades administrativas, cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo PreviD.
- 2.2. Ainda, ante a necessidade em proporcionar uma seleção de maneira mais transparente e objetiva, a fim de convocar a maior quantidade de estudantes interessados, os serviços de seleção de candidatos, mediante a realização de processo seletivo é indispensável para identificar o perfil dos estudantes, suas áreas de conhecimento e desempenho, bem como, analisar a compatibilidade do candidato às atribuições administrativas do Instituto, a fim de buscar a proporcionar ao candidato o devido complemento de ensino e aprendizagem.
- 2.3. Entretanto, o Instituto não possui quadro de servidores e colaboradores suficientes e capacitados, nem infraestrutura adequada para a gestão e realização das atividades vinculadas ao programa de estágio, fazendo-se necessária a contratação de empresa para prestação de serviços de seleção, recrutamento, contratação, renovação, desligamento e acompanhamento administrativo desses estagiários, ressaltando-se que tais serviços se constituem em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Instituto.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. De acordo com o previsto no Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, bem como, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os serviços a serem contratados enquadram-se como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e à Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações, aplicando-se ainda, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 4.2. O procedimento licitatório será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo MENOR PREÇO, apurado pela **menor taxa de administração (por estagiário)**.

5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Exigir-se-á das empresas as seguintes qualificações técnicas:

5.1.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executa/executou **serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação**, devendo informar o nível de satisfação com a qualidade e presteza no processo de fornecimento dos mesmos;

- a) É necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
- b) No caso de atestados emitidos por empresas de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

5.1.1.1. A exigência de Atestado de Capacidade técnica se justifica pela necessidade da Administração de garantir que a futura CONTRATADA tenha a capacidade cumprir com suas obrigações assumidas quando da assinatura do contrato, de forma a minimizar os potenciais riscos envolvidos pela complexidade dos trabalhos, haja vista o quantitativo de estagiários existentes no PreviD e da gestão e organização do processo seletivo de estagiários para preenchimento de vagas e cadastro reserva.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O serviço, objeto deste termo, deverá ser realizado somente após a assinatura do contrato, de **forma fracionada** e/ou de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE, durante o prazo de vigência contratual.
- 6.2. O serviço de Agente de Integração realizado pela CONTRATADA se dará por meio de auxílio no processo de aperfeiçoamento do Instituto do estágio, devendo:
- I. Identificar oportunidades de estágio;
 - II. Ajustar suas condições de realização;
 - III. Identificar suas condições de realização;
 - IV. Identificar os perfis de estagiários requeridos pelo Instituto;

- V. Realizar o recrutamento e seleção dos estudantes, por meio de processo seletivo, cuja avaliação dar-se-á por meio de provas de conhecimento gerais e específicos, de acordo com a formação do acadêmico/estudante, a partir da elaboração de edital conforme critérios de seleção definidos e informados pelo contratante;
- VI. Emitir Termo de Compromisso de Estágio – TCE constando todos os elementos requeridos por lei;
- VII. Fazer o acompanhamento administrativo;
- VIII. Contratar e manter seguro contra acidentes pessoais em favor de todos os estagiários que atualmente exerçam suas atividades no PreviD;
- IX. Cadastrar os estudantes;
- X. Manter, sob suas expensas, sistemas informatizados eficientes com organização de rotinas adequadas ao processo de seleção dos estagiários, com funções, tais como: lançamento e consulta ao cadastro completo do estagiário, emissão de relatórios e controle semestral dos relatórios de atividades preenchidos pelo Supervisor de estágio do PreviD, recessos e demais informações que se fizerem necessárias.
- 6.3. A seleção de estagiários para realização de Estágio Curricular Supervisionado no PreviD ocorrerá de acordo com as necessidades da parte CONCEDENTE, **estimando-se a contratação de 30 (trinta) estudantes de nível superior e/ou médio;**
- 6.3.1. A quantidade de estagiários estimada não representa o máximo de estagiários a serem selecionados, ficando a critério da parte CONCEDENTE a seleção parcial, total ou ainda, superior a esta quantidade estimada, a depender da disponibilidade orçamentária para custear as despesas decorrentes do estágio.
- 6.3.2. A prorrogação de estágio, substituição e novas contratações de estudantes como estagiários deverão obedecer à previsão e disponibilidade de recurso financeiro para essa finalidade.
- 6.3.3. Convém ressaltar, que em caso de implementação de programa de estágio de nível médio, o quantitativo de estagiários de ensino médio não profissionalizante não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, em cumprimento ao art. 17, inciso IV da Lei nº 11.788/2008.
- 6.4. A CONTRATADA deverá ter convênio de estágio **não obrigatório** com INSTITUIÇÕES DE ENSINO médio e superior, públicas e privadas, que possuam portaria de funcionamento, assim como, portaria de autorização de curso, ambas emitidas pelo Ministério da Educação, e que ofereçam cursos nas áreas de interesse do CONTRATANTE;
- 6.4.1. Para fins de comprovação do cumprimento das exigências do item anterior, o CONTRATANTE poderá solicitar, a seu critério, na ocasião da assinatura do CONTRATO, declaração datada e assinada pelo representante legal das Instituições de Ensino conveniadas ou cópia do convênio celebrado entre as mesmas e o Agente de Integração contratado.
- 6.5. A CONTRATADA deverá contratar e manter, durante a vigência do contrato, APÓLICE DE SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS para todos os estagiários que firmarem Termo de Compromisso de Estágio – TCE com o PreviD;
- 6.5.1. A cópia da apólice de Seguro Contra Acidentes Pessoais, firmado pela CONTRATADA deverá ser apresentada ao CONTRATANTE no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados da assinatura do contrato;

- 6.5.2.** O nome da Seguradora e o número da apólice referente ao Seguro Contra Acidentes Pessoais, destinado aos estagiários, deverá constar no respectivo Termo de Compromisso de Estágio.
- 6.6.** Nos moldes do art. 3º da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio oferecido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, realizado por intermédio dos serviços de Agente de Integração, objeto do presente instrumento contratual, não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza entre o ESTAGIÁRIO (estudante), o CONTRATANTE (parte concedente) e a CONTRATADA (Agente de Integração).
- 6.7.** A seleção dos estagiários deverá ser prestada em 2 (duas) fases, sendo:
- 6.7.1.** Na primeira fase, o Agente deverá realizar a contratação dos estagiários que atualmente prestam seus serviços ao PreviD, sendo, para tanto, verificado o tempo de estágio possível de execução para cada estudante, conforme dispõe a cláusula **sétima deste Termo**.
- 6.7.2.** Na segunda fase, a CONTRATADA deverá realizar um processo seletivo que será implementado após sua conclusão. As regras e condições estão dispostas na cláusula **oitava deste Termo**.
- 6.8.** Independente de qual fase de seleção será executada, as mesmas deverão ser realizadas somente mediante Ordem de Serviço emitido pelo CONTRATANTE, podendo ser expedido por correspondência oficial, e-mail e/ou telefone, no qual deverão constar, ao menos, os seguintes dados:
- Número do contrato, número da nota de empenho e referência ao processo de origem;
 - Quantidade de vagas;
 - Escolaridade; área/curso de formação almejado;
 - Especificação dos serviços;
 - Carga horária e local do estágio;
 - Indicação do fiscal e gestor do contrato.
- 6.9.** Após a realização do processo seletivo e mediante prévio conhecimento do CONTRATANTE, este solicitará, também por meio de Ordem de Serviço, nos moldes do **item 6.8.**, a convocação do estudante para fins de emissão do Termo de Compromisso de Estágio – TCE;
- 6.10.** Após a comunicação, a CONTRATADA deverá emitir **4 (quatro) vias** do Termo de Compromisso de Estágio – TCE;
- 6.10.1.** As condições para a realização do estágio estabelecida entre o ESTAGIÁRIO, a parte CONCEDENTE (PreviD) e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO deverão ser firmadas mediante TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE, elaborado pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 11.788/2008, caracterizando a não vinculação empregatícia.
- 6.10.2.** O Termo de Compromisso de Estágio – TCE deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:
- Identificação da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com o nome/razão social, endereço, CNPJ e nome do supervisor do estágio;
 - Identificação da parte CONCEDENTE, com o nome/razão social, endereço, CNPJ e nome do supervisor do estágio;
 - Identificação do ESTAGIÁRIO, com nome completo, CPF, RG e data da emissão, data de nascimento, endereço, telefone, ano ou semestre em que está matriculado, curso e nível de ensino;
 - Vigência do Termo de Compromisso;
 - Jornada diária e semanal a ser cumprida;
 - Valor da Bolsa Estágio e do Auxílio-Transporte;
 - Discriminação das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;

- h) Indicação do número da apólice do seguro contra acidentes pessoais e nome da companhia seguradora;
- i) Condições de realização do estágio, em conformidade com a lei nº 11.788/08;
- j) Obrigações de todas as partes: concedente, estagiário, instituição de ensino e contratada, nos termos da lei nº 11.788/08;
- k) Qualificação das partes e respectivas assinaturas;
- l) Cláusulas especificando as hipóteses de rescisão contratual.

6.10.3. A CONTRATADA entregará as **04 (quatro) vias** dos Termos de Compromisso de Estágio ao estudante, orientando-o a fazer o recolhimento das assinaturas em tempo hábil, de acordo com as peculiaridades da respectiva Instituição de Ensino;

6.11. A CONTRATADA deverá orientar os estudantes de que as atividades de estágio somente poderão ter início após entregarem ao CONTRATANTE, o Termo de Compromisso de Estágio devidamente assinado por todas as partes.

6.12. Nos termos do art. 5º, § 2º da Lei nº 11.788/2008 é vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços dispostos neste termo de referência.

6.13. O Agente de Integração deverá possuir e manter posto de atendimento, funcionando em dias úteis e em horário comercial, para assessoramento técnico dos trabalhos de convocação, contratação e acompanhamento dos estagiários.

6.13.1. Em não havendo posto de atendimento, a CONTRATADA deverá disponibilizar e divulgar número de telefone para contato do PreviD, de estudantes e de terceiros, via 0800 (gratuito) ou outro número cuja ligação seja cobrada ao custo de ligação local.

6.13.2. Independentemente da localização, a CONTRATADA deverá disponibilizar para conhecimento e contato, endereço eletrônico e endereço para correspondências postais.

6.14. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

7. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO - FASE I: CONTRATAÇÃO

7.1. O Agente de integração vencedor deverá cadastrar e contratar obrigatoriamente os estudantes que tenham o TCE (Termo de Compromisso de Estágio) vigente no Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, de forma a dar continuidade ao estágio e evitar paralização das atividades realizadas pelos estagiários no decorrer da troca da empresa contratada, considerando, para tanto, que o período restante do estágio não ultrapasse o permitido pela legislação vigente.

7.2. O prazo para a execução deste serviço deverá ser de, no máximo, **10 (dez) dias úteis**, após a assinatura do contrato e da emissão da Ordem de Serviço.

7.2.1. O prazo poderá ser prorrogado conforme anuência do Instituto;

7.2.2. Em caso de atraso na conclusão de serviço, a CONTRATADA poderá solicitar dilação de prazo, devidamente justificada, ficando a critério do CONTRATANTE a concessão ou não de prazo superior.

7.3. Caso o estudante que tenha TCE vigente esteja matriculado em Instituição de Ensino não conveniada com a empresa vencedora do certame, está terá até **30 (trinta) dias**, a partir da data de assinatura do contrato, para formalizar o convênio com a Instituição de Ensino a que pertence o estudante.

- 7.4. O Agente de Integração deverá gerenciar os estagiários inclusive no que tange à contratação de seguro contra acidentes de pessoais.
- 7.5. O Termo de Compromisso a ser formalizado com o estagiário será dado pelo período restante do TCE vigente, isto é, será dado prosseguimento no tempo estabelecido no início da contratação do estagiário, podendo haver prorrogação desde que, não ultrapasse o período de duração no estágio na mesma parte concedente, disposta no art. 11 da Lei nº 11.788/2008.

8. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO - FASE II: DO PROCESSO SELETIVO

- 8.1. A **segunda fase** consiste na realização do processo seletivo público de candidatos ao Programa Estágio do PreviD e formação de cadastro reserva, a partir da elaboração de edital conforme critérios de seleção definidos e informados pelo CONTRATANTE;
- 8.1.1. O processo seletivo que vai desde a divulgação do edital até o resultado final da prova, realizar-se-á pelo menos uma vez ao ano ou sempre que 80% (oitenta por cento) dos candidatos selecionados tiverem sido convocados, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da notificação formal**, devendo ser feitas novas seleções, visando a criação de cadastro de reservas e preenchimento de vagas.
- 8.1.2. O processo seletivo para o preenchimento das vagas de estágio, ou cadastro reserva, deverá ser realizado preferencialmente de forma virtual, podendo, também, ser realizado de forma presencial:
- a. **Caso seja eleita a modalidade virtual**, a CONTRATADA deverá disponibilizar aos candidatos um portal eletrônico de acesso, bem como outras ferramentas de comunicação por meio de vídeos chamadas para que seja possível a realização dos cadastros dos estudantes, testes e entrevistas, garantindo a lisura do processo.
- b. **Caso seja eleita a modalidade presencial**, ou seja, provas aplicadas *in loco*, devendo ser feita sob fiscalização presencial por meio de equipe de profissionais fornecida pela CONTRATADA, responsabilizando-se por toda a infraestrutura necessária à realização da prova, inclusive salas para aplicação das provas presenciais e para apoio.
- 8.1.3. Enquanto a aplicação das provas de seleção de forma virtual, dadas as suas características, dispensará a referida fiscalização presencial, ficando a CONTRATADA responsável pela lisura de todo o processo;
- 8.1.4. A Contratada deverá elaborar a prova objetiva com conteúdo de conhecimentos básicos, tais como: língua portuguesa e de informática, conforme definido pelo PreviD cuja aplicação será realizada em etapa única e conhecimentos específicos, conforme área de formação acadêmica do estudante;
- 8.1.5. O agente de integração deverá elaborar o edital de chamamento de candidatos ao Programa de Estágios do PreviD, do qual deverão constar todos os elementos previamente indicados pelo CONTRATANTE, sem prejuízo do aproveitamento de estagiários já selecionados em processo anterior e que estejam cumprindo estágio, observado os prazos legais;
- 8.1.6. Dar ampla divulgação ao edital de chamamento, que deverá ser publicado, no mínimo em meio eletrônico (internet) e em jornal de grande circulação local, sem prejuízo de outros meios adequados para atingir o público desejado;
- 8.1.7. Receber, por meio de portal na internet, as inscrições dos interessados, aferindo os níveis de escolaridade e fiscalizando o cumprimento das exigências estabelecidas no edital de chamamento e na legislação de regência;
- 8.1.8. O agente de integração não poderá cobrar qualquer valor dos estudantes como condição para participação no processo seletivo;

- 8.1.9. Fornecer meios, no ato da inscrição, para que o estudante portador de necessidades especiais possa descrever, com o maior detalhamento possível, a espécie e o grau ou nível de deficiência, de forma a indicar à Contratada as condições e infraestrutura necessárias à sua participação no processo seletivo;
- 8.1.10. Receber do estudante com deficiência laudo médico ou outros documentos comprobatórios que atestem a espécie e o grau da deficiência, a serem apresentados na forma disposta no edital de chamamento;
- 8.1.11. Garantir sigilo e segurança, desde a elaboração da prova até a aplicação e correção desta;
- 8.1.12. Realizar a correção das provas;
- 8.1.13. Publicar, no site da CONTRATADA, o gabarito preliminar, e, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, receber, analisar e julgar eventuais impugnações e recursos de candidatos, de forma a lhes assegurar o direito de petição e de resposta.
- 8.1.14. Caso decidido pela anulação de determinada questão, todos os candidatos receberão a pontuação relativa à questão anulada.
- 8.1.15. Após a análise e diligência de todos os recursos e/ou impugnações recebidos, deverá a CONTRATADA divulgar, em sua página na internet, o resultado do processo seletivo por ordem de classificação.
- 8.1.16. Encaminhar ao CONTRATANTE o relatório do processo seletivo, contendo as relações de candidatos inscritos, ausentes e reprovados, bem como, fornecer listas com o resultado final do processo seletivo, em meio impresso e magnético, contendo a relação de candidatos aprovados, organizados por ordem de classificação, curso/nível de formação, turno e demais critérios estabelecidos no edital de chamamento;
- 8.1.17. Realizar a convocação dos candidatos classificados, na forma estabelecida no edital do processo seletivo, de acordo com a necessidade de vagas informadas pelo CONTRATANTE;
- 8.1.18. Verificar, no ato da convocação, a regularidade acadêmica do estudante, bem como, o cumprimento de todas as exigências estabelecidas no edital de chamamento e na legislação de regência.
- 8.1.19. O AGENTE DE INTEGRAÇÃO deverá controlar/administrar as listas de candidatos aprovados, mantendo o contratante informado quanto ao andamento das convocações, encaminhando relatórios atualizados contendo a situação do preenchimento das vagas, bem como as justificativas de não convocação dos estagiários classificados e as solicitações de remanejamentos realizadas pelos estudantes, caso ocorram.
- 8.1.20. Disponibilizar aos candidatos, em sítio na internet, informações relativas a todas as etapas do processo seletivo, inclusive editais e demais comunicados.
- 8.1.21. O AGENTE DE INTEGRAÇÃO, nos moldes do art. 17, §5º, deverá assegurar aos portadores de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pelo PreviD.
- 8.1.22. A CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE informado quanto ao andamento das convocações, encaminhando relatórios atualizados contendo a situação do preenchimento das vagas, bem como as justificativas e não convocação dos estagiários classificados e as solicitações de remanejamento realizados pelos estudantes, caso ocorram.

9. DAS CONDIÇÕES DO PROGRAMA DE ESTÁGIO:

- 9.1. A execução do programa de estágio ficara a cargo do CONTRATANTE.
- 9.2. Os estagiários deverão desenvolver suas atividades em ambiente adequado e propício ao desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional, bem como, com condições que favoreçam a aquisição de experiências práticas na linha de formação do estudante, tal como nos locais

em que são realizadas as atividades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, nos seguintes endereços:

- a) Na sede do PreviD, localizado na Av. Weimar G. Torres, nº. 3.215-D, Centro – Dourados/MS, CEP: 79.800-023;
- b) Nas dependências da Prefeitura Municipal de Dourados, situada na Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás.

9.3. A carga horária de estágio deverá ser cumprida, dentro do horário de funcionamento do PreviD, compreendido de segunda à sexta-feira das 07h30 às 13h30.

9.3.1. Caso sejam realizados eventos pelo PreviD fora do horário de expediente do Instituto, o estagiário deverá comparecer, desde que, seu comparecimento não colida ou implique em prejuízo escolar a este;

9.3.2. Quando o estagiário exercer suas atividades fora do expediente do PreviD, deverá ocorrer a compensação de horário.

9.4. A jornada de atividade em estágio, será definida no Termo de Compromisso de Estágio – TCE, deverá ser compatível com as atividades escolares, e não ultrapassar **6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais** no caso de estudantes:

- a) Do ensino superior;
- b) Da educação profissional de nível médio;
- c) Do ensino médio regular.

9.4.1. Nos períodos de avaliação de aprendizagem, fica assegurada ao estagiário jornada de estágio reduzida à metade, mediante entrega de declaração da instituição de ensino. A declaração deverá ser entregue com a antecedência mínima de 3 (três) dias antes do período avaliativo.

9.5. Será concedido ao estagiário uma Bolsa Estágio, obedecendo aos critérios previamente estabelecidos na legislação pertinente, especialmente, no que diz respeito ao campo de formação profissional do estagiário, bem como, Auxílio-Transporte.

9.6. Os valores da Bolsa Estágio e do Auxílio-Transporte serão pagos sob às expensas do CONTRATANTE, ficando assim definidos:

Escolaridade	Carga Horária	Bolsa Estágio	Auxílio-Transporte	Total da Bolsa Estágio
Ensino Médio Regular/ Profissionalizante	6h diárias / 30h semanais	R\$ 1.037,74	R\$ 62,26	R\$ 1.100,00
Ensino Superior	6h diárias / 30h semanais	R\$ 1.037,74	R\$ 62,26	R\$ 1.100,00

9.6.1. Os valores de Bolsa Estágio, definidos na cláusula anterior, foram reajustados conforme o constante na Ata nº 03/2022 da Reunião Ordinária de 10 de fevereiro de 2022 do Conselho Curador do PreviD publicada no D.O.M. nº 5.591, ano XXIII de 14 de fevereiro de 2022;

9.6.2. Os valores da Bolsa Estágio e do Auxílio-Transporte poderão ser alterados a qualquer momento pelo CONTRATANTE.

9.6.3. Poderão ser concedidos benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, dentre outros, não caracterizando, de qualquer maneira, vínculo empregatício.

9.6.4. Para efeito de pagamento da Bolsa Estágio e do Auxílio-Transporte, será considerada, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas, salvo na hipótese de compensação de horário.

- 9.6.5. No caso de desligamento do estagiário, o pagamento da bolsa e do auxílio-transporte será proporcional aos dias estagiados, com os descontos devidos, acrescido da indenização do período de recesso remunerado não gozado.
- 9.6.6. Em caso de recesso do estagiário, será descontado o auxílio transporte, proporcional aos dias não estagiados no PreviD.
- 9.6.7. No caso de afastamento do estagiário, por motivos de saúde, o mesmo deverá apresentar atestado médico, dentro da legislação vigente, de modo a comprovar os dias afastados, sendo a critério da parte CONCEDENTE, o desconto do valor da bolsa e do auxílio transporte, bem como, seu desligamento, conforme o caso, haja visto que tal contratação não possui vínculo empregatício.
- 9.6.8. Os dias de recesso remunerado proporcional será calculado à razão de dois dias e meio por mês completo de estágio, devendo ser arredondado o total de dias para o número inteiro subsequente quando resultar em quantidade de dias não inteiros, considerando-se mês completo a fração acima de 14 (quatorze) dias.
- 9.7. Os valores de Bolsa Estágio e do Auxílio-Transporte supracitados serão repassados juntamente, em um único pagamento, diretamente ao estagiário, pelo CONTRATANTE, até o **quinto dia útil** subsequente ao mês das atividades de estágio realizados.
- 9.7.1. Esta cláusula poderá ser alterada, com aviso prévio de, ao menos, 30 (trinta) dias, para que o repasse da Bolsa Estágio e do Auxílio-Transporte seja realizado pela CONTRATADA.
- 9.8. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer na entidade até o término do curso.
- 9.9. A definição do período de estágio leva em conta o currículo do curso, o calendário escolar e a programação da unidade organizacional que recebe o estagiário, observando o período de 1 (um) ano e, quando do interesse das partes, prorrogável por mais 1 (um) ano, desde que, mantida a condição de estudante.
- 9.10. É assegurado ao estagiário, sempre que este tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, o período de **recesso remunerado** de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, nas férias escolares.
- 9.10.1. Os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional, nos casos em que o estágio tiver duração inferior a 1 (um) ano;
- 9.10.2. O período de recesso, será concedido, observando a seguinte proporção:
- I. Um semestre: 15 (quinze) dias consecutivos;
 - II. Dois semestres: 30 (trinta) dias;
 - III. Três semestres: 45 (quarenta e cinco) dias;
 - IV. Quatro semestres: 60 (sessenta) dias.
- 9.11. O **estudante será desligado do estágio** nas seguintes hipóteses:
- I. Automaticamente, ao término do período máximo de estágio;
 - II. A pedido do estagiário;
 - III. Decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão, na entidade ou na instituição de ensino;
 - IV. A qualquer tempo, no interesse da Administração;
 - V. Em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio – TCE;
 - VI. Pelo não comparecimento sem motivo justificado, por mais de 05 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou 30 (trinta) dias durante todo o período de estágio;
 - VII. Pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário;
 - VIII. Por conduta incompatível com a exigida pelo CONTRATANTE.

- 9.12. Em caso de rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio – TCE, o CONTRATANTE deverá comunicar previamente à CONTRATADA, para que esta possa tomar as providências necessárias, as suas expensas.

10. DO CRONOGRAMA

10.1. Prazo de Execução:

- 10.1.1. Da execução dos serviços – Fase I: Contratação: **Em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato**, o agente de integração deverá cadastrar os estagiários que já fazem parte do quadro de programas estágios do PreviD, observadas as condições dispostas na **cláusula sétima** deste termo.
- 10.1.2. Da execução dos serviços – Fase II: Do processo seletivo: **Em até 60 (sessenta) dias após o recebimento da ordem de serviço ou de notificação formal**, observadas as disposições na **cláusula oitava** deste termo.
- 10.1.3. **Da convocação dos estagiários e da celebração do TCE – Termo de Compromisso de Estagiário:** Conforme a conveniência e necessidades do CONTRATANTE, seguindo a ordem de classificação do Edital e do cadastro de reserva.

11. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. Os serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser realizadas, preferencialmente, nas dependências da CONTRATADA, com exceção da aplicação da prova em seu formato presencial, que poderá ser realizado nas dependências da CONTRATADA ou em outro local previamente designado por esta.
- 11.2. **No tocante ao processo seletivo em seu formato virtual e da comunicação com estudantes, contratante e terceiros quando não possuir a sede no mesmo local do CONTRATANTE:** Deverão ser disponibilizados plataformas de acesso, ferramentas de videoconferência, bem como, disponibilizar e divulgar número de telefone para contato, via 0800 (gratuito) ou outro número cuja ligação seja cobrada ao custo de ligação local.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1. O prazo de vigência do Contrato será **de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato**, podendo ser prorrogado de acordo com as normas da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

13. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E DO FISCAL DE CONTRATOS

- 13.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimento, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.
- 13.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.
- 13.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 14.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal de contrato.
- 14.1.1. Ao término da execução do serviço, objeto deste contrato, o CONTRATANTE irá analisá-lo, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados, bem como, se estão em perfeitas condições de uso.
- 14.2. Os objetos, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no instrumento contratual, serão recebidos na forma do inciso I, do art. 73 da Lei nº 8.666/93:
- a) **PROVISÓRIO** – Aceito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante recibo, para efeito de posterior verificação em conformidade com a especificação solicitada, em um prazo de 15 (quinze) dias, contados da conclusão do serviço.
- b) **DEFINITIVO** - após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 14.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 14.3. Não serão admitidos, para efeitos de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações descritas no presente Contrato.
- 14.4. Caso haja a constatação de quaisquer falhas durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá corrigi-las em um prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de notificação, sem qualquer ônus ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, sob aplicação das sanções administrativas.
- 14.5. As despesas decorrentes de correções de falhas e quaisquer irregularidades que a CONTRATADA venha a ter causado, será exclusivamente sob suas expensas.
- 14.6. Se a CONTRATADA deixar de realizar o serviço, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:
- 18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
09.272.126. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
2.079 – Manutenção das Atividades do PreviD
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.39.69 – Serviço de Administração de Estágio
Fonte 143000
- 15.2. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 11.430,00 (onze mil, quatrocentos e trinta reais)** tendo como **valor unitário estimado R\$ 31,75 (trinta e um reais e setenta e cinco centavos)** **correspondente a taxa de administração por estagiário**, conforme demonstrado no anexo III - mapa de preços.

- 15.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar-se ou não, da totalidade da verba prevista.
- 15.4. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

- 16.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados, mensalmente, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal** ao setor financeiro, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista**.

16.1.1. O pagamento das contribuições por estagiário/mês será realizado conforme a quantidade de estagiários efetivamente contratados pela parte CONCEDENTE, atendendo ao disposto na Lei nº 11.788/2008 no Termo de Compromisso de Estágio – TCE e neste instrumento contratual.

16.1.2. O CONTRATANTE será considerado devedor da contribuição mensal relativa a cada rescisão de Termo de Compromisso de Estágio – TCE não informada, até o mês em que ocorra a devida comunicação formal à CONTRATADA, nos termos do **subitem 9.12.** deste termo.

- 16.2. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 16.3. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando o **número do Contrato firmado, número da nota de empenho**, bem como banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
- 16.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 16.5. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 16.6. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE ou índice que venha substituí-lo.
- 16.7. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 16.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 16.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 16.10. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 16.11. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

- 16.12. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao PreviD a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.
- 16.13. Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país, salvo se em decorrência de prorrogações do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a CONTRATADA poderá ter o saldo remanescente ajustado, se houver.
- 16.14. O reajuste de valores, em virtude da prorrogação contratual, será medido pelo IPCA/IBGE, conforme o caso, ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 16.15. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: tributos, seguros, encargos sociais, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 17.2. Executar os serviços objeto desta contratação de acordo com as especificações e/ou normas exigidas pelo CONTRATANTE.
- 17.3. Manter convênios específicos com as Instituições de Ensino públicas e privadas, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos.
- 17.4. Promover o encaminhamento dos estudantes para a realização de atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, em conformidade com a compatibilidade da etapa e modalidade do curso de formação do estudante, bem como, em favor de todos os estagiários que atualmente exerçam suas atividades no PreviD.
- 17.5. Contratar e manter, durante a vigência do presente contrato, a **Apólice de seguro contra acidentes pessoais**, para todos os estagiários que firmarem Termo de Compromisso de Estágio – TCE com o PreviD.
- 17.6. Incluir na cobertura do Fundo de Assistência ao Estudante – FAE, em casos de acidentes pessoais, os estudantes encaminhados pela CONTRATADA que estiverem em estágio nas dependências do CONTRATANTE.
- 17.7. Atender e orientar o estagiário acidentado e/ou sua família, no sentido de preparar o processo de reembolso de despesas e/ou recebimento do seguro em caso de acidentes como invalidez parcial ou permanente e em caso de morte do segurado.
- 17.8. Atender de imediato as solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição de estagiários.
- 17.9. Dispor de escritório comercial de atendimento em Dourados/MS, para atendimento ao CONTRATANTE, candidatos e estagiários, tão logo após a assinatura do contrato.
- 17.9.1.** Em não havendo posto de atendimento, deverá a CONTRATADA disponibilizar e divulgar número de telefone para contato do PreviD, de estudantes e de terceiros, via 0800 (gratuito) ou outro número cuja ligação seja cobrada ao custo de ligação local.

- 17.10. Realizar de forma satisfatória o processo de seleção de estágios para preenchimento de vagas imediatas e cadastro de reserva, conforme disposto neste termo de referência e demais exigências pelo CONTRATANTE, desde a divulgação do edital até o resultado definitivo do processo.
- 17.11. Disponibilizar central de atendimento aos candidatos, com equipe treinada, a fim de orientá-los em todas as etapas do processo seletivo, por meio de correspondência eletrônica, telefone, carta ou pessoalmente, sem qualquer ônus para os estudantes.
- 17.12. Responsabilizar-se por toda a infraestrutura necessária à realização do processo seletivo, inclusive salas para aplicação das provas presenciais e para apoio.
- 17.13. No caso da aplicação de provas online, garantir que seja cumprido satisfatoriamente todos os procedimentos de elaboração e aplicação das provas, observando todos os procedimentos necessários para garantir a segurança e sigilo, desde a elaboração até a aplicação e correção das provas.
- 17.14. A comprovação de quebra de sigilo e segurança durante qualquer etapa do processo seletivo ocasionará a sua anulação e sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento.
- 17.15. Encaminhar, ao final do processo seletivo, a relação dos aprovados em ordem classificatória, conforme pontuação, e as dos não classificados, com todos os dados referentes à seleção, como: Número de inscritos por curso, número de candidatos que realizaram as provas, número de candidatos ausentes, número de candidatos aprovados, número de candidatos reprovadas e demais ocorrências registradas.
- 17.16. Dispor de software, sem quaisquer ônus ao CONTRATANTE, de acompanhamento de atividades, frequência, lançamento de férias, valor da bolsa e demais informações pertinentes ao estágio, o qual deverá estar disponível para o CONTRATANTE acessar ou dispor de relatório por nome do estagiário, período de estágio e demais informações a serem pactuadas.
- 17.17. Disponibilizar mecanismos de emissão de relatórios e controle semestral dos relatórios de atividades preenchidos pelo Supervisor de estágio do CONTRATANTE.
- 17.18. Elaborar, após solicitação do CONTRATANTE, o Termo de Compromisso de Estágio **em 4 (quatro) vias**, destinadas 1 (uma) via ao CONTRATANTE, 1(uma) via à CONTRATADA, 1(uma) via à Instituição de Ensino e 1(uma) via ao estudante.
- 17.19. Elaborar, após solicitação do CONTRATANTE, os Termos Aditivos de prorrogação do estágio, bem como entregar as 04 (quatro) vias para o estagiário, no prazo estipulado neste instrumento, orientando-os a fazer o recolhimento das assinaturas e entregar a via do mesmo ao PreviD em tempo hábil antes do término da vigência do Termo de Compromisso.
- 17.20. Controlar a informação e disponibilizar ao CONTRATANTE e para a Instituição de Ensino a conclusão da formalização do Termo de Compromisso do Estágio.
- 17.21. Recolher, junto ao CONTRATANTE, as vias dos termos de compromisso devidas pelos estudantes ao agente de integração, como forma de assegurar o recebimento.
- 17.22. Controlar e acompanhar a elaboração do relatório final de estágio, de responsabilidade do CONTRATANTE.
- 17.23. Fornecer ao estudante, quando necessário, declarações ou certificados de estágio, dos quais deverão constar as atividades desenvolvidas, o início e o fim do estágio, o número de horas cumpridas e outras informações julgadas pertinentes.
- 17.24. Disponibilizar, na modalidade presencial ou à distância, oficinas de capacitação para os estagiários.

- 17.25. Manter banco de dados atualizado dos estudantes de diversas instituições de ensino, de nível médio e superior, em várias áreas de conhecimento.
- 17.26. Manter sigilo quanto às informações a que tiver acesso no desempenho das atividades.
- 17.27. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução e bom andamento dos serviços, objeto do presente Contrato.
- 17.28. Não poderá haver subcontratações para quaisquer atividades para a efetivação do objeto do contrato.
- 17.29. Organizar e manter em seu arquivo toda a documentação relativa a cada estudante estagiário e, quando solicitado pelo CONTRATANTE, fornecer a cópia dos documentos referente aos estagiários contratados.
- 17.30. Prestar apoio administrativo permanente ao CONTRATANTE, acompanhando e providenciando a documentação legal referente ao estágio, especialmente convênios, minutas e termos de compromisso, bem como formulários obrigatórios e pertinentes ao processo de estágio, de acordo com a Lei nº 11.788/08.
- 17.31. Realizar o objeto da contratação, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao PreviD, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.
- 17.32. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal capacitado e suficiente para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 17.33. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 17.34. Responsabilizar-se por recolhimento ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 17.35. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s)** que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom andamento sobre o fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 17.36. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre os serviços, objeto deste contrato, seja para o Instituto, seja aos estudantes e estagiários.
- 17.37. Informar ao CONTRATANTE, antes do início da vigência do contrato, os impedimentos da execução do serviço, justificando-os e comprovando-os.
- 17.38. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução e bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência.
- 17.39. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 17.40. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao PreviD ou a terceiros, nas dependências deste Instituto ou no local onde será prestado o serviço.



- 17.41. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.
- 17.42. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência.
- 17.43. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ao ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência;
- 17.44. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o PreviD, por meio de seu representante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 17.45. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como, providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 17.46. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 17.47. Observar e respeitar a Lei nº 11.788/2008 e demais legislações pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 18.1. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 18.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 18.3. Efetuar o pagamento da Bolsa Estágio e Auxílio-Transporte aos estagiários mensalmente.
- 18.4. Prezar pela boa-fé e veracidade das informações, quando solicitadas.
- 18.5. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 18.6. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 18.7. Notificar, formal e tempestivamente, à CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato, para que providencie as devidas correções.
- 18.8. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 18.9. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução e providenciar as devidas correções.
- 18.10. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 18.11. Aplicar as penalidades legais e contratuais.

- 18.12. Formalizar as oportunidades de estágio, em conjunto com a CONTRATADA, atendendo as condições definidas pelas Instituições de Ensino para a realização dos estágios.
- 18.13. Ofertar instalações devidas e adequadas que forneçam condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.
- 18.14. Indicar funcionário de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.
- 18.15. Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar o termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.
- 18.16. Manter em arquivo e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- 18.17. Encaminhar para a Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatórios de atividades, com vista obrigatória dos referidos documentos aos respectivos estágios.
- 18.18. Assinar o Termo de Compromisso do Estágio e demais documentos relacionados a contratação do estagiário.
- 18.19. Cumprir todas as responsabilidades, como parte CONCEDENTE/CONTRATANTE, indicadas nos Termos de Compromisso de Estágio – TCE.
- 18.20. Observar e respeitar a Lei n.º 11.788/2008 e demais legislações pertinentes ao objeto contratado.

19. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 19.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 19.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 19.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 19.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
 - a. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 19.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



- 20.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no **instrumento convocatório**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 20.2. As penalidades previstas no subitem anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- 20.3. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:
- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - II. Não celebrar o contrato;
 - III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
 - IV. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
 - VI. Comportar-se de modo inidôneo;
 - VII. Cometer fraude fiscal.
- 20.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
 - b) Multa administrativa no percentual de **5% (cinco por cento)**, por dia de atraso na execução do fornecimento, sobre o valor do item adjudicado, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;
 - c) Multa administrativa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”, dos subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as de multa (alíneas “b” e “c” dos subitens anteriores), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.
- 20.6. *Todas as penalidades citadas no subitem anterior, além de outras que a lei possa prever, serão obrigatoriamente registradas as ocorrências no SICAF por força do disposto no art. 38 e 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*
- 20.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 20.8. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

- 20.9. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 20.10. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.
- 20.11. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.
- 20.12. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:
- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
 - II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
 - I. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.
- 20.13. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 21.1. A Licitante Vencedora CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente termo, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Instituto, observadas as disposições legais pertinentes.

22. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGOS

- 22.1. Não será exigido amostra ou catálogos no presente certame.

23. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 23.1. Elaborado, a partir da reunião de informações concedidas à Diretoria Administrativa, através da senhora Silvana Maria Radaelli de Assis – Diretora Administrativa e mediante aos resultados apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

SILVANA MARIA RADAELLI DE ASSIS
Diretora Administrativa

24. DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO PARA MODALIDADE PREGÃO

- 24.1. Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a realização da Licitação na modalidade Pregão nos moldes do art. 7º, inciso I do Decreto Municipal nº 3.447/2005.

Dourados/MS, 28 de abril de 2022.

LEONARDO LANDEIRA
Pregoeiro